

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **+ 1,00 (um ponto positivo)**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **- 1,00 (um ponto negativo)**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 A ouvidoria é um canal de comunicação e
mediação entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Brasil (CAU-BR), os arquitetos e urbanistas e os cidadãos de
4 todo o País.

Ela existe para acolher e encaminhar, em primeira
instância, solicitações, reclamações, sugestões, denúncias
7 e elogios de assuntos pertinentes ao âmbito das ações,
das atribuições, dos procedimentos e dos regramentos
do CAU-BR.

10 Ela também funciona como um atendimento de
segunda instância, para prevenção e superação de conflitos
e demandas não contempladas pela rede de atendimento
13 do CAU-BR.

A ouvidoria trabalha em duas pontas: ao
melhorar o relacionamento com o usuário, ela contribui
16 para o aprimoramento da governança e dos serviços
da autarquia.

Internet: <www.caubr.gov.br> (com adaptações).

Considerando os aspectos formais e de conteúdo do texto,
julgue os itens de 1 a 10.

- 1 O principal objetivo do texto é defender a importância da ouvidoria no âmbito do CAU-BR.
- 2 No trecho “Ela existe para acolher e encaminhar, em primeira instância, solicitações, reclamações, sugestões, denúncias e elogios de assuntos pertinentes ao âmbito das ações, das atribuições, dos procedimentos e dos regramentos do CAU-BR” (linhas de 5 a 9), é correto afirmar que há um objeto direto com mais de um núcleo.
- 3 Na linha 14, o sinal de dois-pontos introduz uma retificação sobre o que acabou de ser dito.
- 4 A palavra “Ela” (linha 5) refere-se ao substantivo feminino “comunicação”, no parágrafo anterior.
- 5 A oração “para acolher” (linha 5) classifica-se como subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.
- 6 A palavra “governança” (linha 16) poderia ser corretamente substituída, sem prejuízo ao sentido original do texto, por **governabilidade**.
- 7 Na linha 11, a preposição “de” é exigida pelo núcleo “superação”, assim como, na linha 2, a preposição “entre” é exigida pelo núcleo “mediação”.
- 8 O termo “autarquia” (linha 17) serve como elemento de coesão textual, ao retomar “ouvidoria” (linha 14).

- 9 Caso se reescrevesse o trecho “os arquitetos e urbanistas e os cidadãos de todo o País” (linhas 3 e 4) da seguinte forma: **as(os) arquitetas(os) e urbanistas e as(os) cidadãs(ões) de todo o País**, a correção gramatical e o sentido do texto estariam preservados, pois os parênteses indicam opção, isto é, mais de uma forma possível no que diz respeito ao gênero gramatical das palavras.
- 10 O trecho “melhorar o relacionamento com o usuário” (linha 15) é uma espécie de adjunto adverbial de tempo, na forma de uma oração reduzida de infinitivo.

Texto para os itens de 11 a 20.

1 Localizada na parte sul da República do Benin,
perto da cidade portuária de Cotonou, Ganvie é a maior vila
flutuante da África. Situada no meio do Lago Nokoué, é
4 caracterizada por casas coloridas sobre palafitas de madeira
construídas ao redor de ilhas artificiais do século XVII.

Essa arquitetura única nasceu da história da tribo
7 Tofinu, que a construiu como um refúgio contra o comércio
de escravos. Foi mantida ao longo do tempo pelos seus
sistemas socioecológicos aquaculturais comunitários e hoje
10 se tornou uma atração turística do país. A vila foi
reconhecida como patrimônio cultural mundial pela
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência
13 e a Cultura (UNESCO) em 1996, atraindo até 10.000
visitantes anualmente. No entanto, esse fluxo de turistas
impactou os moradores e as práticas socioecológicas
16 que sustentam esse ambiente aquático. A aquicultura
tornou-se cada vez mais desafiadora de manter, pois a vila
luta para sustentar sua base econômica. Além disso, as
19 práticas tradicionais de construção foram substituídas por
modernas e a vila enfrenta desafios ambientais contínuos.
No entanto, o estilo de vida único dos moradores em torno
22 da água ainda pode oferecer muitas lições para o *design* de
futuras cidades flutuantes.

Internet: <www.archdaily.com.br> (com adaptações).

Acerca da estrutura linguística e do conteúdo do texto, julgue
os itens de 11 a 20.

- 11 A locução verbal “foi reconhecida” (linhas 10 e 11) está na voz passiva analítica e o agente da passiva é o termo “pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)” (linhas de 11 a 13).
- 12 Depreende-se da leitura do texto que a arquitetura única da vila flutuante de Ganvie remonta à história da tribo Tofinu, que a construiu como um refúgio contra o comércio de escravos.

- 13** A expressão “No entanto” (linha 14) possui exatamente o mesmo sentido da expressão **não obstante**.
- 14** A omissão do sujeito da locução “Foi mantida” (linha 8) é exemplo de uma figura de linguagem conhecida como catacrese.
- 15** Na linha 17, ao se considerar o sentido de mudança de estado da forma verbal “tornou-se”, é correto afirmar que “desafiadora” é o núcleo do predicativo do sujeito.
- 16** A leitura do texto permite concluir que o projeto original da vila flutuante permanece intacto até hoje, no sentido de que não foram inseridas inovações ou tendências modernas.
- 17** A palavra “estilo” (linha 21) consiste em um núcleo do sujeito.
- 18** Na linha 10, as palavras “turística” e “país” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 19** É correto afirmar que a palavra “aquacultura” (linha 16) refere-se a “práticas socioecológicas que sustentam esse ambiente aquático” (linhas 15 e 16).
- 20** Depreende-se da leitura do texto uma relação de causa e consequência entre o reconhecimento da vila como patrimônio cultural, em 1996, e o fato de ela ter se tornado uma atração turística.

Anderson adotou quatro tartarugas e as batizou de Leonardo, Donatello, Michelangelo e Raphael. Para diferenciá-las, ele decidiu colocar uma faixa colorida em cada uma delas: uma faixa azul em Leonardo; uma faixa roxa em Donatello; uma faixa laranja em Michelangelo; e uma faixa vermelha em Raphael. No entanto, no dia seguinte, as faixas haviam caído e Anderson não conseguia determinar qual tartaruga correspondia a cada faixa. Ele resolveu, então, colocar as faixas novamente, mas agora não tem certeza de as ter colocado nas tartarugas corretas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **21 a 24**.

- 21** A quantidade total de maneiras de Anderson distribuir as faixas entre as tartarugas é igual a 24.
- 22** A probabilidade de Anderson ter acertado a faixa de apenas uma tartaruga é de $\frac{1}{3}$.
- 23** Há apenas nove maneiras de nenhuma tartaruga receber sua faixa original.
- 24** A probabilidade de Donatello e Leonardo estarem com suas faixas trocadas entre si é menor que 8%.

Um terno pitagórico (também conhecido como tripla pitagórica) é um conjunto de três números inteiros positivos (a, b, c) que satisfazem a famosa relação de Pitágoras: $a^2 + b^2 = c^2$. Por exemplo, o conjunto de números $(3, 4, 5)$ é um terno pitagórico, pois $3^2 + 4^2 = 9 + 16 = 25$, que é igual a 5^2 . Considerando essas informações, julgue os itens de **25 a 27**.

- 25** O conjunto de números $\left(\frac{5}{2}, 6, \frac{13}{2}\right)$ é um terno pitagórico.
- 26** O conjunto de números $(1, 1, \sqrt{2})$ é um terno pitagórico.
- 27** O conjunto de números $(7, 24, 25)$ é um terno pitagórico.

A respeito de estruturas lógicas, julgue os itens de **28 a 30**.

- 28** A negação de “Se a curvatura do horizonte é observável, então a Terra não é plana” é “Se a Terra é plana, então a curvatura do horizonte não é observável”.
- 29** A proposição “A Terra é plana ou a Terra não é plana” é uma tautologia.
- 30** A frase “A Terra é um geóide?” é opinativa e, portanto, não pode ser considerada uma proposição.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do sistema operacional Windows 10, dos conceitos de redes de computadores e do programa de correio eletrônico Microsoft Outlook, julgue os itens de **31** a **35**.

- 31** Ao acessar  >  > **Sistema**, o usuário pode selecionar por quanto tempo seu dispositivo deve aguardar para desligar a tela, quando ele não estiver em uso.
- 32** A opção de desligar o computador conhecida como hibernar, a qual utiliza pouca energia, não está disponível para *laptops* com o Windows 10 instalado, mas somente para computadores não portáteis.
- 33** A topologia de rede conhecida como estrela caracteriza-se pelo fato de todos os dispositivos serem conectados em uma linha sequencial, compartilhando um único canal de comunicação.

- 34** Criptografar os dados trafegados na rede é a principal função de um serviço DNS (*Domain Name System*).
- 35** Algumas versões do Microsoft Outlook permitem a desativação automática de *links* não seguros que contêm tentativas de *phishing*.

No que diz respeito aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e de pastas, aos sítios de busca e de pesquisa na Internet e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens de **36** a **40**.

- 36** O gerenciamento de arquivos e de pastas refere-se apenas à definição das permissões de acesso aos arquivos, sem considerar sua organização.
- 37** No Explorador de Arquivos do Windows 10, ao se selecionar, por exemplo, dois arquivos e se clicar no botão  Copiar caminho, serão copiados, para a área de transferência, os caminhos desses dois arquivos.
- 38** Os sítios de busca permitem apenas a busca por conteúdo de texto, não sendo capazes de pesquisar vídeos ou arquivos.
- 39** As atividades executadas por um *spyware* podem afetar o desempenho da rede de computadores de um órgão, deixando o sistema lento e influenciando todo o processo corporativo.
- 40** Com a finalidade de monitorar computadores e dispositivos, um *adware* pode atuar como um *spyware*.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as disposições do Decreto n.º 9.830/2019, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** As decisões administrativas devem ser motivadas com a contextualização dos fatos, sendo dispensável a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.
- 42** Consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.
- 43** A decisão administrativa que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída levará em consideração as orientações gerais da época.
- 44** A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito preverá regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente, sem prejuízo aos interesses gerais.
- 45** A decisão do processo administrativo não poderá impor, diretamente à pessoa obrigada, a compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

À luz da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens de **46 a 55**.

- 46** Atos que ensejarem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações, serão responsabilizados de acordo com o mesmo regime aplicado aos atos de improbidade administrativa.
- 47** É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com a prevenção ou a repressão de atos de improbidade administrativa.
- 48** A ação para a aplicação das sanções por atos de improbidade administrativa prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- 49** A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, não impede o trâmite da ação para a aplicação de sanções por ato de improbidade administrativa.
- 50** As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- 51** A sentença proferida nos processos por ato de improbidade administrativa deverá considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado à ação do agente.

- 52** As decisões interlocutórias proferidas nas ações de improbidade administrativa devem ser impugnadas por recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- 53** A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia não é aplicável nas ações por ato de improbidade administrativa.
- 54** Na ação por ato de improbidade administrativa, ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação e sua recusa ou seu silêncio não implicará confissão.
- 55** É vedada a conversão da ação por ato de improbidade administrativa em ação civil pública.

De acordo com a Lei n.º 12.378/2010, julgue os itens de **56 a 65**.

- 56** A carteira profissional de arquiteto e urbanista possui fé pública, mas não constitui prova de identidade civil.
- 57** Os arquitetos e urbanistas, juntamente com outros profissionais, poder-se-ão reunir em sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo.
- 58** Para fins de comprovação de autoria ou de participação e de formação de acervo técnico, o arquiteto e urbanista deverá registrar seus projetos e demais trabalhos técnicos ou de criação no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do ente da Federação onde atua.
- 59** As alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto no projeto quanto na obra dele resultante, poderão ser feitas independentemente de consentimento da pessoa natural titular dos direitos autorais, sendo vedadas as pactuações em sentido contrário.
- 60** O plenário do conselho do CAU-BR será constituído por quinze conselheiros, eleitos livremente entre os representantes de cada estado e do Distrito Federal.
- 61** Os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU-UF) terão sua estrutura e seu funcionamento definidos pelos respectivos regimentos internos, aprovados por unanimidade pelos conselheiros.

- 62** É de quatro anos o mandato dos conselheiros do CAU-BR e dos CAU-UF, sendo permitida apenas uma recondução.
- 63** A inscrição do profissional ou da pessoa jurídica no CAU não está sujeita ao pagamento de nenhum valor além da anuidade, que é proporcional ao número de meses restantes no ano.
- 64** O CAU-BR e os CAU-UF serão fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e auditados, anualmente, por auditoria independente, cujos resultados serão divulgados para conhecimento público.
- 65** A existência de dívidas pendentes não obsta o desligamento do CAU.

Conforme o Código de Ética e Disciplina do CAU-BR, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** Os termos do Código de Ética e Disciplina devem ser integralmente acatados e obedecidos por todos os arquitetos e urbanistas, independentemente do modo de contratação de seus serviços profissionais (autônomo, empresário ou gestor, assalariado privado, servidor público ou em qualquer situação administrativa em que exista dependência hierárquica de responsabilidades, de cargos ou de funções).
- 67** As regras, que são derivadas dos princípios, devem ser seguidas de forma específica e restrita às circunstâncias objetivas e concretas.
- 68** O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução das obras sob sua responsabilidade.
- 69** O arquiteto e urbanista deve construir sua reputação somente com base em suas características pessoais e em sua criatividade.
- 70** O arquiteto e urbanista deve abster-se de emitir referências depreciativas, maliciosas ou desrespeitosas e de tentar subtrair o crédito do serviço profissional de colegas, salvo nas hipóteses de serviço manifestamente mal executado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

À luz da Constituição Federal de 1988, do Decreto-Lei n.º 25/1937 e das Leis n.º 4.950-A/1966 e n.º 11.888/2008, julgue os itens de **71 a 78**.

- 71** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- 72** Existem quatro tipos de Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.
- 73** Para a execução de atividades de arquiteto e urbanista, fica fixado o salário-base de seis vezes o maior salário mínimo vigente.
- 74** As famílias com renda mensal de três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.
- 75** Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica deve otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação.
- 76** A assistência técnica é oferecida diretamente às famílias que necessitem de habitação.
- 77** Somente os servidores públicos podem prestar serviços de assistência técnica.
- 78** Os serviços de assistência técnica previstos pela Lei n.º 11.888/2008 devem ser custeados somente por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social.

Acerca da fiscalização do exercício profissional de arquitetura e urbanismo, julgue os itens de **79 a 87**.

- 79** A fiscalização do exercício profissional de arquitetura e urbanismo deverá guiar-se por princípios de natureza educativa, com campanhas visando orientar a atuação dos profissionais e prevenir a ocorrência de possíveis ilícitos ao invés da atuação simplesmente punitiva.
- 80** A fiscalização deve ocorrer por meio de módulos avançados operados dentro do Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU), de processos administrativos e de fiscalizações *in loco*.
- 81** O registro de responsabilidade técnica (RRT) relativo ao exercício profissional de arquitetura e urbanismo é considerado não apenas como um dever, mas, sobretudo, como um direito dos arquitetos e urbanistas e uma proteção à sociedade.
- 82** O relatório elaborado por agente de fiscalização é um instrumento de repressão ao ato infracional.
- 83** A denúncia anônima não necessita de detalhes ou de apresentação de provas circunstanciais para ser efetuada.

- 84** A notificação, que constitui o ato administrativo inicial que relata a ocorrência de infração, fixará o prazo de dez dias para a regularização da situação, contados do primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.
- 85** Não é necessário indicar providências a serem adotadas na notificação da ocorrência de infração.
- 86** O valor da multa pela infração do arquiteto e urbanista, com registro no CAU regular, que exercer atividade fiscalizada sem ter feito o devido RRT é de 200% do valor vigente da taxa do RRT.
- 87** Assumir a responsabilidade técnica por atividade, fiscalizada pelo CAU, executada por outro profissional não é uma infração punida por multa.

Considerando as Resoluções do CAU-BR n.º 28/2012, n.º 38/2012, n.º 75/2014, n.º 91/2014 e n.º 93/2014, julgue os itens de **88 a 100**.

- 88** Para fins de registro no CAU-BR, um arquiteto e urbanista pode, simultaneamente, exercer a responsabilidade técnica por, no máximo, três pessoas jurídicas.
- 89** Para a validação do RRT de cargo ou de função, será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou contrato de prestação de serviço.
- 90** A penalidade aplicável à pessoa física ou jurídica por descumprimento à legislação sobre o salário mínimo profissional será uma multa de cinco a dez vezes o valor vigente da anuidade.
- 91** A indicação de responsabilidade técnica assegura o direito do arquiteto e urbanista de ter reconhecida sua autoria ou responsabilidade por projeto, obra ou serviço, no âmbito de arquitetura e urbanismo, de modo a garantir-lhe os direitos autorais consignados pela legislação vigente.
- 92** Na placa de identificação do exercício profissional, afixada no local de execução de serviços de arquitetura e urbanismo, deverão constar o nome do arquiteto e urbanista responsável, a identificação da atividade técnica executada, o número do RRT correspondente, o título profissional, o número de registro no CAU e as seguintes informações: endereço; telefone; e *e-mail* do arquiteto e urbanista.
- 93** A certidão de acervo técnico (CAT) é o conjunto de projetos, obras e demais serviços técnicos, no âmbito de arquitetura e urbanismo, que tenham sido realizados e registrados no CAU-UF, por meio de RRT, nos termos da legislação em vigor, pelo profissional de arquitetura e urbanismo.
- 94** A certidão de acervo técnico com atestado (CAT-A) deverá ser firmada pelo representante legal da pessoa jurídica contratante ou, em representação desta, por arquiteto e urbanista ou outro profissional que possua habilitação legal para realizar as atividades atestadas.
- 95** A CAT-A não tem arrecadação de taxas.
- 96** O RRT, cuja atividade técnica constituinte é realizada por um ou mais arquitetos e urbanistas, será efetuado por RRT individual ou RRT de equipe.

- 97** O RRT, conforme se constitua de uma ou mais atividades técnicas, será feito sob uma das seguintes modalidades: RRT simples; RRT mínimo; ou RRT social.
- 98** O RRT social é permitido apenas para os conjuntos habitacionais multifamiliares.
- 99** No caso de RRT de equipe, cada um dos arquitetos e urbanistas responsáveis técnicos deverá efetuar o RRT que lhe corresponde, sendo devida uma taxa para cada um deles.
- 100** O RRT rascunho contém a numeração de registro no cabeçalho.

Com relação ao processo de criação de modelos de informação conhecido como BIM (*Building Information Modeling*), julgue os itens de **101 a 104**.

- 101** As dimensões do BIM atingem a etapa de gestão de manutenção no 7D, em que é possível extrair dados, como, por exemplo, os manuais de operação, a especificação dos materiais e as datas de garantia.
- 102** O sistema BIM oferece informações gráficas, como os desenhos técnicos, e informações não gráficas, como as especificações.
- 103** No sistema BIM, cada elemento tem seus próprios atributos e está relacionado, específica e parametricamente, com os outros objetos do projeto. Se um desses objetos for modificado, os que dependem dele também mudarão automaticamente.
- 104** O sistema BIM permite, exclusivamente, o trabalho de arquitetos, em um único processo.

Quando ao desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo, julgue os itens de **105 a 110**.

- 105** O Decreto n.º 5.296/2004 afirma que a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a legislação específica e as regras do próprio Decreto.
- 106** A revisão na NBR 9050 abrange a abordagem para aqueles que têm dificuldades de se locomover, como, por exemplo, os idosos, os obesos e as gestantes.
- 107** Todas as áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como, por exemplo, casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros similares, precisam ser acessíveis.
- 108** A representação do símbolo internacional de acesso consiste em um pictograma branco sobre o fundo azul (opcionalmente, o símbolo pode ser representado em branco e preto – pictograma branco sobre o fundo preto ou pictograma preto sobre o fundo branco) e deve estar sempre voltado para o lado direito.

- 109** Em rampas e escadas, os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o bocel ou a quina do degrau (no caso de escadas) ou do patamar, acompanhando a inclinação da rampa. Devem prolongar-se por, no mínimo, 0,30 m nas extremidades.
- 110** As esteiras rolantes não podem compor rotas acessíveis.

No que se refere aos projetos de arquitetura, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** O estudo preliminar é o estudo da viabilidade de um programa e do partido arquitetônico a ser adotado para sua apreciação e aprovação pelo cliente.
- 112** O anteprojeto é a etapa de definição do partido arquitetônico e dos elementos construtivos, considerando os projetos complementares, como, por exemplo, a estrutura e as instalações.
- 113** São comuns a todos os desenhos de representação de arquitetura: simbologias de representação gráfica conforme as prescritas na NBR 6492; escalas; notas gerais; desenhos de referência; e carimbo.
- 114** A dimensão utilizada para vãos de portas e janelas é indicada no vão acabado, pronto para receber as esquadrias.
- 115** A marcação de coordenadas indica o eixo de estrutura ou a modulação especial. Deve-se utilizar sempre a numeração (1, 2, 3 etc.) nos eixos horizontais do projeto e o alfabeto (A, B, C etc.) nos eixos verticais do projeto.

No que diz respeito ao exercício da profissão de arquiteto e urbanista, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** É atribuição da profissão de arquiteto e urbanista elaborar inventário urbano e projeto de parcelamento do solo, mediante loteamento, desmembramento ou remembramento.
- 117** O caderno de encargos é o instrumento que estabelece as condições de execução e o padrão de acabamento para cada tipo de serviço, indicando os materiais especificados e os locais de sua aplicação.
- 118** O estudo de impacto no meio ambiente (EIA) é o estudo realizado para o licenciamento de atividades que, direta ou indiretamente, afetam o meio ambiente ou que são potencialmente poluidoras. Esse estudo é parte integrante do relatório de impacto no meio ambiente (RIMA).
- 119** O projeto de sistemas de segurança e o projeto de proteção contra incêndios não são projetos atribuídos a arquitetos e urbanistas.
- 120** O laudo técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT) é o documento que descreve os diversos ambientes laborais, como forma de identificar agentes agressivos, sejam eles físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou que possam causar acidentes ou risco à integridade física do trabalhador.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A partir da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em 2010, o profissional de arquitetura e urbanismo passou por um processo de mudança, que se traduziu no surgimento de novas atribuições e serviços, antes designados a outras categorias.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A profissão de arquiteto a partir da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) atribuições profissionais do arquiteto e urbanista conforme o Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- b) função social do arquiteto e urbanista na sociedade; e
- c) relação do arquiteto e urbanista com as instituições de ensino de arquitetura e urbanismo.